

Omni S.A -
Crédito, Financiamento
e Investimento -
Instituição líder do
Conglomerado
Prudencial

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas do
Conglomerado Prudencial 31 de
dezembro de 2018 e de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

Sobre a Omni

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 31 de dezembro de 2018 a Omni - “Conglomerado Prudencial” possui ativos totais de R\$ 2,84 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos, financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 1,54 bilhão.

O patrimônio líquido fechou em R\$ 286,2 milhões (R\$ 283,8 milhões em 2017), considerando o pagamento de R\$ 67 milhões (R\$ 33 milhões em 2017) de dividendos distribuídos e pagos no decorrer do exercício.

O lucro do exercício antes do JCP (Juros Capital Próprio) é R\$ 92,4 milhões (R\$ 66,4 milhões em 2017).

São Paulo, 28 de Março de 2019.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores da

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 27 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com as Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras



podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2018	2017	Passivo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante		1.811.646	1.819.764	Circulante		1.155.480	1.154.463
Disponibilidades	4	3.851	6.161	Depósitos	14.a	440.009	242.159
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5.a	213.246	208.572	Depósitos à vista		33.966	8
Aplicações no mercado aberto		213.246	208.572	Depósitos a prazo		406.043	242.151
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	Captações no mercado aberto	14.a	247	-
Títulos e valores mobiliários	6.a e b	5.939	4.953	Carteira própria		247	-
Carteira própria		1.682	4.368	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.a	340.349	649.712
Vinculados a compromissos de recompra		247	-	Recursos de aceites cambiais		340.349	649.712
Vinculados à prestação de garantias		4.010	585	Outras obrigações		374.875	262.592
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	6.493	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		945	1.164
Relações interfinanceiras		267	-	Fiscais e previdenciárias	15.a	12.142	46.484
Depósitos no Banco Central		69	-	Obrigações por cotas de fundos de investimentos		-	2.300
Correspondentes		198	-	Diversas	15.b	361.788	212.644
Operações de crédito	8	1.218.796	1.196.451	Exigível a longo prazo		1.396.894	1.137.991
Setor privado		1.618.798	1.491.894	Depósitos	14.a	1.066.767	428.171
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	2.012	Depósitos a prazo		1.066.767	428.171
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.g	(400.002)	(297.455)	Recursos de aceites e emissão de títulos	14.a	191.709	479.183
Operações de arrendamento mercantil	9	(970)	(1.384)	Recursos de aceites cambiais		191.709	479.183
Setor privado		4.193	2.828	Outras obrigações		138.418	230.637
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.075)	(2.668)	Fiscais e previdenciárias	15.a	5.417	-
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.d	(1.088)	(1.544)	Diversas	15.b	20.020	126.809
Outros créditos	10	353.776	382.159	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	14.a	112.981	103.828
Diversos		356.882	384.878	Resultado de Exercícios Futuros		1.847	3.220
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.g e 10	(3.106)	(2.719)	Resultados de exercícios futuros		1.847	3.220
Outros valores e bens		10.248	22.852	Patrimônio líquido	19	286.272	283.807
Bens não destinados a uso	11.a	2.055	4.516	Capital		164.088	164.088
(Provisões para Desvalorizações)	11.a	(573)	(1.310)	De domiciliados no País		164.088	164.088
Despesas antecipadas	11.b	8.766	19.646	Ajustes de avaliação patrimonial		(207)	(52)
Realizável a longo prazo		958.633	729.109	Reservas de lucros		119.634	115.431
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	2.731	Participação de não controladores		2.757	4.340
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	2.731				
Títulos e valores mobiliários	6.a e b	79.496	51.148				
Carteira própria		42.067	40.279				
Vinculados à prestação de garantias		37.429	10.869				
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	20.432				
Operações de crédito	8	681.574	484.562				
Setor privado		726.094	521.732				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(44.520)	(37.170)				
Operações de arrendamento mercantil	9	(317)	(689)				
Setor privado		4.884	2.047				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.884)	(2.047)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.d	(317)	(689)				
Outros créditos	10	190.035	155.141				
Diversos		190.035	155.141				
Outros valores e bens	11.b	7.845	15.784				
Despesas antecipadas		7.845	15.784				
Permanente		70.214	30.608				
Investimentos		22.820	-				
Participações em coligadas e controladas	12	22.820	-				
Imobilizado de uso		2.524	2.450				
Outras imobilizações de uso		8.326	8.210				
(Depreciações acumuladas)		(5.802)	(5.760)				
Imobilizado de arrendamento	13	44.870	28.158				
Bens arrendados		43.344	26.769				
Superveniência de depreciação		8.050	10.387				
(Depreciação acumulada)		(6.524)	(8.998)				
Total do ativo		2.840.493	2.579.481	Total do passivo		2.840.493	2.579.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da intermediação financeira		780.886	1.548.884	1.492.380
Operações de crédito	8.f	796.392	1.560.608	1.440.659
Operações de arrendamento mercantil	8.h	2.395	4.203	4.228
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	10.179	19.114	30.350
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	(29.482)	(36.443)	17.143
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.402	1.402	-
Despesas da intermediação financeira		(236.945)	(483.368)	(559.574)
Operações de captação no mercado	14.b	(95.839)	(184.212)	(265.117)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8.h	-	-	(388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(141.106)	(299.156)	(294.069)
Resultado bruto da intermediação financeira		543.941	1.065.516	932.806
Outras receitas /(despesas) operacionais		(493.214)	(991.831)	(846.093)
Receitas de prestação de serviços	20.a	43.436	81.707	94.732
Despesas de pessoal	20.b	(15.368)	(29.471)	(58.506)
Outras despesas administrativas	20.c	(244.646)	(472.388)	(397.587)
Despesas tributárias	20.d	(22.437)	(43.344)	(43.636)
Resultado de participações em controladas	12	8.127	10.989	(711)
Outras receitas operacionais	20.e	40.524	50.225	25.559
Outras despesas operacionais	20.f	(302.850)	(589.549)	(465.944)
Resultado operacional		50.727	73.685	86.713
Resultado não operacional		218	800	(289)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		50.945	74.485	86.424
Imposto de renda e contribuição social		10.067	17.937	(20.018)
Provisão para imposto de renda		(2.807)	(3.088)	(8.183)
Provisão para contribuição social		(2.337)	(2.675)	(3.691)
Ativo fiscal diferido	17	15.211	23.700	(8.144)
Lucro líquido do semestre / exercícios antes dos Juros sobre Capital Próprio		61.012	92.422	66.406
Juros sobre capital próprio		(18.788)	(18.788)	-
Lucro líquido do semestre / exercícios após Juros sobre Capital Próprio		42.224	73.634	66.406
Resultado atribuído para:				
Controlador		41.136	71.203	55.664
Não controlador		1.088	2.431	10.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Reserva			Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de não Controladores	Lucros acumulados	Total
		Capital	Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2016		164.088	4.188	90.320	(1)	946	-	259.541
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	-	(51)	-	-	(51)
Aumento (Redução) de capital - AGE		-	-	-	-	(9.800)	-	(9.800)
Participações no resultado:								
Controlador		-	-	-	-	-	55.664	55.664
Não controlador		-	-	-	-	711	10.742	11.453
Transações com Acionistas:								
Participação de não controladores		-	1.598	(3.339)	-	1.741	-	-
Dividendos pagos de exercícios anteriores	19	-	-	(33.000)	-	-	-	(33.000)
Destinações do lucro:								
Reserva legal		-	2.783	-	-	537	(3.320)	-
Reserva de lucros		-	-	52.881	-	10.205	(63.086)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		164.088	8.569	106.862	(52)	4.340	-	283.807
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	-	(155)	-	-	(155)
Lucro do exercício antes dos Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	92.422	92.422
Participações no resultado:								
Não controlador		-	-	(2.431)	-	(1.583)	-	(4.014)
Transações com Acionistas:								
Dividendos pagos de exercícios anteriores	19	-	-	(67.000)	-	-	-	(67.000)
Juros sobre capital próprio pago de exercícios anteriores		-	-	(18.788)	-	-	-	(18.788)
Destinações do lucro:								
Reserva legal		-	3.682	-	-	-	(3.682)	-
Reserva de lucros		-	-	88.740	-	-	(88.740)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		164.088	12.251	107.383	(207)	2.757	-	286.272
Saldos em 30 de junho de 2018		164.088	10.140	129.358	(98)	4.669	-	308.157
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM disponíveis para venda		-	-	-	(109)	-	-	(109)
Lucro do semestre antes dos Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	61.012	61.012
Participações no resultado:								
Não controlador		-	-	(1.088)	-	(1.912)	-	(3.000)
Transações com Acionistas:								
Dividendos pagos de exercícios anteriores	19	-	-	(61.000)	-	-	-	(61.000)
Juros sobre capital próprio pago de exercícios anteriores		-	-	(18.788)	-	-	-	(18.788)
Destinações do lucro:								
Reserva legal		-	2.111	-	-	-	(2.111)	-
Reserva de lucros		-	-	58.901	-	-	(58.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		164.088	12.251	107.383	(207)	2.757	-	286.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		50.945	74.485	86.424
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/ exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	141.106	299.156	294.069
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	7.c, 8.a e f	(20.508)	(20.054)	-
Depreciação	20.c	277	576	565
Insuficiência/ Superveniência de depreciação		1.475	2.337	1.667
Provisão/(reversão) de passivos contingentes	16.a	(7.886)	(10.572)	5.351
Variações monetárias	20.f	6.676	6.676	8.259
Perdas em outros valores e bens		-	-	551
Resultado de participação em controladas		(8.127)	(10.989)	711
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.144)	(5.763)	(11.874)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	15.211	23.700	(8.144)
Lucro líquido ajustado		174.025	359.552	377.579
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(318.238)	(498.301)	(503.844)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		21.999	2.731	(2.731)
Títulos e valores mobiliários		(16.785)	(29.489)	32.981
Instrumentos financeiros derivativos		7.220	13.939	(20.432)
Relações interfinanceiras		156	(267)	-
Operações de crédito		(298.179)	(498.460)	(502.780)
Operações de arrendamento		(594)	(787)	386
Outros créditos		(39.928)	(6.511)	(59.047)
Outros valores e bens		7.873	20.543	47.779
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		311.544	262.444	209.947
Depósitos		645.810	836.447	157.575
Obrigações por operações compromissadas		247	247	-
Recursos de aceites cambiais		(360.835)	(596.837)	(27.104)
Recebimento e pagamentos a liquidar		(72)	-	-
Outras obrigações		26.898	23.960	79.543
Resultado de exercícios futuros		(504)	(1.373)	(67)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		167.331	123.695	83.682
Atividades de investimento				
Aumento das participações em coligadas e controladas		(319)	(11.831)	-
Aquisição de ativo imobilizado		(448)	(649)	(486)
Imobilizado arrendamento		(13.033)	(19.049)	3.629
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades de investimento		(13.800)	(31.529)	3.143
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	19.c	(61.000)	(67.000)	(33.000)
Participação de não controladores no patrimônio		(3.000)	(4.014)	(9.800)
Juros sobre capital próprio pagos		(18.788)	(18.788)	-
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento		(82.788)	(89.802)	(42.800)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		70.743	2.364	44.025
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre	4	146.354	214.733	170.708
No fim do semestre	4	217.097	217.097	214.733
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	70.743	2.364	44.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, o Conglomerado Prudencial abrange as Demonstrações Financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminados saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

**Omni S.A - Crédito, Financiamento e
Investimento - Instituição líder
do Conglomerado Prudencial**
Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial
31 de dezembro de 2018 e de 2017

O art. 1º da Resolução nº 4.280/13, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, discriminadas a seguir:

- (i) Instituições financeiras;
- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcios;
- (iv) Instituições de pagamento;
- (v) Sociedades das quais realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

			2018		
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			3.988.191	425.393	110.615
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	2.554.130	283.515	71.204
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	50.713	13.526	1.569
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	1.383.348	128.352	37.842
Securitizadora			18.229	18.059	2.142
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	2.655	2.555	2.232
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	15.574	15.504	(90)
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾			186	160	559
Ourinvest Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundos de Investimentos	50,00%	186	160	559
Total Conglomerado Prudencial			4.006.606	443.612	113.316
Saldo de Eliminações			(1.166.113)	(157.340)	(39.682)
Saldo Consolidado			2.840.493	286.272	73.634

			2017		
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Instituições Financeiras			2.782.496	381.933	67.276
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	2.447.880	279.466	55.664
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	33.658	11.957	1.060
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	300.958	90.510	10.552
Securitizadora			19.548	18.918	11.024
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	3.542	3.324	10.742
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	16.006	15.594	282
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾			4.639	4.601	6.393
Ourinvest Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundos de Investimentos	50,00%	4.639	4.601	2.704
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículo X	Fundos de Investimentos	100,00%	-	-	3.689
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - NP	Fundos de Investimentos	100,00%	-	-	-
Outras - Art. 8º ⁽²⁾			35.317	22.285	23.210
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços	89,99%	21.541	10.126	7.083
Omni Informática Ltda.	Prestação de Serviços	99,99%	13.776	12.159	16.127
Total Conglomerado Prudencial			2.842.000	427.737	107.903
Saldo de Eliminações			(262.519)	(143.930)	(41.497)
Saldo Consolidado			2.579.481	283.807	66.406

- (1) Durante o período foram encerrados os fundos de investimentos em Direitos Creditórios “FIDC”: Omni Veículos X, NP e Omni Veículos II.

- (2) Em maio de 2018, por determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), as empresas Agility Gestão e Cobrança Ltda e Omni Informática Ltda deixaram de ser consolidadas no Conglomerado Prudencial. O resultado dessas companhias foi reconhecido por equivalência patrimonial na Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 28 de Março de 2018

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais à da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (i) Não cancelamento;
- (ii) Opção de compra; e
- (iii) Atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
 - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
 - **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.
 - **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.

l. Outros valores e bens

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

m. Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período.

- n. Depósitos e captações no mercado aberto**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.
- o. Empréstimos e repasses no exterior**
São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.
- p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.
- q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.
- A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.
- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
 - **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
 - **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.
- r. Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.
- s. Imposto de renda e contribuição social diferidos**
Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deva atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de

imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	2018	2017
	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	214.733	170.708
Disponibilidades	3.851	6.161
Em moeda Nacional	3.669	6.044
Em moeda Estrangeira	182	117
Aplicações	213.246	208.572
No mercado aberto	213.246	208.572
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	217.097	214.733
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.364	44.025

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2018	2017
	Valor	Valor
Aplicações no Mercado Aberto	213.246	208.572
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.996	8.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	211.250	126.534
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	73.489
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.731
Depósitos Interfinanceiros não Ligadas	-	2.731
Total	213.246	211.303

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2º Sem 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Posição Bancada	7.905	14.900	27.273
Em Depósitos interfinanceiros	-	-	8
Total	7.905	14.900	27.281

6 Títulos e valores mobiliários

a. Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2018	2017
	Valor	Valor
Carteira Própria	43.749	44.647
Títulos de Renda Fixa	42.067	40.279
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	1.682	4.368
Vinculados a compromissos de recompra	247	-
Títulos de Renda Fixa - vinculados a recompras	247	-
Vinculados a Prestação de Garantias	41.439	11.454
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsas	18.665	11.454
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão	22.774	-
Total	85.435	56.101

- (1) Em 31 de dezembro de 2018 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para atualização das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registrados na carteira dos fundos e está classificada no grupo de "Outros créditos", nota explicativa nº 10. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

b. Composição por vencimento

Descrição	2018			2017		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
Carteira Própria	1.682	31.719	10.348	43.749	43.749	44.647
Vinculados a compromissos de recompra	247	-	-	247	247	-
Vinculados a Prestação de Garantias	4.010	21.377	16.052	41.439	41.439	11.454
Total	5.939	53.096	26.400	85.435	85.435	56.101

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º Sem 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	2.253	4.109	1.600
Rendas/(prejuízo) de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	100	263	1.615
Rendas/(prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(79)	(158)	(146)
Total	2.274	4.214	3.069

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Omni se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições aos riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2018	2017
	Valor	Valor
Opção de Venda de Direitos Creditórios	6.493	20.432
Total	6.493	20.432

Operações de opções

Em 27 de janeiro e 10 de março de 2017, a Omni adquiriu carteira de crédito de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 501.575. Com o objetivo de minimizar as possíveis perdas relativas à carteira adquirida, celebrou um Contrato de Opção de Venda de Direitos Creditórios e Outras Avenças, que garante a opção de venda de até R\$ 50 mil dos Direitos Creditórios Inadimplentes corrigidos pela Selic em 28 de fevereiro de 2019, que excederem o valor da Perda Esperada.

Para a apuração do valor de mercado do derivativo, fez-se uma avaliação da probabilidade de realização do exercício da opção, baseando-se no comportamento histórico da carteira adquirida, métodos estatísticos e simulação de Monte Carlo.

Descrição	2018			2017
	Valor Referencial	Valor Custo Total	Valor de Mercado	Resultado
Operações de Opções				
Opção de Venda de Direitos Creditórios	50.000	1.000	6.493	(13.939)
Total	50.000	1.000	6.493	(13.939)

b. Hedge de risco de mercado - operações de futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição cambial são contratos futuros de dólar (DOL).

Descrição	2018		2017	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
Mercado futuro	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
DI	1.081.317	(212)	645.559	(376)
DOL	388	2	332	1
Mercado futuro	Posição comprada	Ajuste Diário	Posição comprada	Ajuste Diário
DI	1.086.493	80	707.869	66

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

c. Hedge Contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	Objeto de Hedge			Resultado	Instrumento de Hedge	
	Posição mercado	Marcação a mercado	Amortização*		Derivativo	Posição mercado
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	1.175.841	22.492	(2.438)	20.054	Futuro DI - Posição Vendida Futuro DI - Posição Comprada	1.081.317 1.086.493

* O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos exercícios estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º Sem 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Prêmio de Opções	(7.220)	(13.939)	19.432
Contratos Futuros DI	(22.268)	(22.459)	(2.307)
Contratos Futuros DOL	6	(45)	18
Total de aplicações	(29.482)	(36.443)	17.143

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

e. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão com instrumentos financeiros derivativos são compostos por títulos públicos federais, no montante de R\$ 18.665 (R\$ 11.454 em 2017), vide nota explicativa 6.a.

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição por tipo de operações de créditos

	2018	2017
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Financiamentos - Setor Privado	1.819.526	1.711.529
Empréstimos - Setor Privado	384.641	227.672
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	108.306	60.547
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	20.054	-
Outros Financiamentos - Cartão de Crédito	12.365	14.020
Operações de Créditos Vinculadas a Cessão - Financiamentos ⁽¹⁾	-	1.687
Operações de Créditos Vinculadas a Cessão - Empréstimos ⁽¹⁾	-	183
Títulos e Créditos a Receber - Nota 10	128.256	79.025
Total da Carteira	2.473.148	2.094.663
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(447.628)	(337.344)
Total Carteira Líquida	2.025.520	1.757.319

(1) As operações registradas de acordo com a Resolução 3.533/08 da CMN foram encerradas em 2018.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2018	2017
Classificação	Valor	Valor
Indústria	-	7
Comércio	403	261
Pessoas Físicas	2.442.125	2.069.985
Outros Serviços	30.620	24.410
Total da Carteira	2.473.148	2.094.663

Durante o ano 2018, ocorreu o aumento da carteira de empréstimos, a qual foi alavancada pela aquisição de carteiras adquiridas da Cetelem, vide nota explicativa 8.e.

c. Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos

	2018	2017
	Valor	Valor
Total a Vencer:	2.028.259	1.805.715
Até 3 meses	537.345	521.384
De 4 à 12 meses	764.816	762.599
De 1 à 3 anos	675.395	492.193
De 4 à 5 anos	50.703	29.539
Total Vencidas:	444.889	288.948
Acima de 15 dias	444.889	288.948
Total da Carteira	2.473.148	2.094.663

d. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

2018						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	(+/-) Ajuste a Valor De Mercado Para Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD
			Objeto De Hedge ⁽¹⁾			
A	593.378	50.204	-	643.582	0,5%	(3.218)
B	719.556	48.402	-	767.958	1%	(7.680)
C	344.815	17.740	-	362.555	3%	(10.877)
D	182.947	11.097	-	194.044	10%	(19.404)
E	61.376	63	-	61.439	30%	(18.432)
F	45.920	45	-	45.965	50%	(22.982)
G	41.661	59	-	41.720	70%	(29.204)
H	335.185	646	-	335.831	100%	(335.831)
Sem classificação	-	-	20.054	20.054	-	-
Total	2.324.838	128.256	20.054	2.473.148		(447.628)

(1) O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 20.054 refere-se à operação objeto de *Hedge* conforme nota explicativa nº 7.c.

2017						
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e Créditos a Receber	Total da Carteira	% Risco	PCLD	
A	708.586	27.227	735.813	0,5%	(3.679)	
B	572.584	25.892	598.476	1%	(5.985)	
C	223.588	14.230	237.818	3%	(7.134)	
D	120.314	10.746	131.060	10%	(13.106)	
E	67.634	88	67.722	30%	(20.316)	
F	47.532	57	47.589	50%	(23.794)	
G	42.793	57	42.850	70%	(29.995)	
H	232.607	728	233.335	100%	(233.335)	
Total	2.015.638	79.025	2.094.663		(337.344)	

Do montante total de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) no exercício, R\$ 138.287 (R\$ 51.970 em 2017) referem-se a carteiras adquiridas em nível de risco H.

e. Aquisição de carteiras

Durante o exercício, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificados como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2018		Total adquirido
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	
Valor principal carteira adquirida	140.194	356.460	496.654
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(140.194)	(356.460)	(496.654)
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	11.644	7.555	19.199
Montante pago nas aquisições	11.644	7.555	19.199

Descrição	2017		Total adquirido
	Carteira de crédito ativa	Carteira de crédito não performada	
Valor principal carteira adquirida	593.103	809.097	1.402.200
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(112.843)	(809.097)	(921.940)
Valor contábil da carteira adquirida	480.260	-	480.260
Custo nas aquisições das carteiras	480.260	24.148	504.408
Montante pago nas aquisições	480.260	24.148	504.408

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização

Descrição	2018	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	1.739	170.835
(+) Novas aquisições	-	19.199
(-) Realização/amortização	(1.666)	(60.621)
Total	73	129.413

Descrição	2017	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	7.422	230.705
(+) Novas aquisições	-	24.148
(-) Realização/amortização	(5.683)	(84.018)
Total	1.739	170.835

f. Resultado das operações de crédito

Descrição	2º Sem 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Rendas de financiamentos	378.611	736.489	702.899
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	309.575	630.643	569.419
Rendas de empréstimos	83.749	159.137	120.758
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	20.508	20.054	-
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros ⁽²⁾	(3)	17	29.914
Resultado na cessão de operações de crédito ⁽³⁾	(1)	(1)	(3.857)
Outras rendas de cartão de crédito	3.953	14.269	21.526
Total	796.392	1.560.608	1.440.659

- (1) O resultado dessas recuperações refere-se principalmente ao recebimento das carteiras adquiridas
- (2) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.
- (3) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldos no início do semestre/exercício	2º Sem 2018	2018	2017
	(321.451)	(337.344)	(346.801)
(Constituição)/reversão líquida - (A)	(142.342)	(301.986)	(315.002)
(Constituição) Carteiras Adquiridas - não transitada no resultado	(139.873)	(140.194)	(119.708)
Valores baixados para prejuízo	156.038	331.896	444.167
Saldos no fim do semestre/exercício	(447.628)	(447.628)	(337.344)
Constituição de provisões registradas em outras rubricas	Valor	Valor	Valor
(Constituição)/reversão líquida - Omni Arrendamento Mercantil	522	585	(1.120)
(Constituição)/reversão líquida - Multibens	122	261	4.621
(Constituição)/reversão líquida - Omni Securitizadora	296	1.146	(1.226)
(Constituição)/reversão líquida - FIDCs	296	296	(380)
Total - (B)	1.236	2.288	1.895
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A+B)	(141.106)	(299.698)	(313.107)

Do montante de R\$ 299.698 (R\$ 313.107 em 2017) a reversão da PCLD foi impactada pela baixa de recebimentos de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 542 (R\$ 19.038 em 2017).

As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 874.955 (R\$ 900.812 em 2017) do valor contábil da carteira de crédito no exercício.

Foram recuperados no exercício créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 630.643 (R\$ 569.419 em 2017).

9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a. Composição da carteira de arrendamento

	2018	2017
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Arrendamento a receber - setor privado	9.077	4.875
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(8.959)	(4.715)
Imobilizado de arrendamento - Nota 12	44.870	28.158
Credores por antecipação de valor residual - VRG - Nota 14.b	(19.867)	(15.796)
Total da Carteira	25.121	12.522

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, o grupo de contas de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b. Composição da carteira de arrendamento por tipo de cliente e atividade econômica

	2018	2017
Classificação	Valor	Valor
Comércio	1.927	1.042
Indústria	6.478	836
Outros	753	-
Pessoas Físicas	7.037	6.562
Serviços	8.926	4.082
Total da Carteira	25.121	12.522

c. Composição da carteira de arrendamento por vencimento

	2018	2017
Descrição	Valor	Valor
Total a Vencer:	25.069	11.224
Até 3 meses	1.781	1.941
De 4 à 12 meses	6.907	5.139
De 1 à 5 anos	16.381	4.144
Total Vencidas:	52	1.298
Acima de 15 dias	52	1.298
Total da Carteira	25.121	12.522

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Classificação da carteira de arrendamento por níveis de risco

Classificação de Risco	2018		
	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	12.056	0,5%	(60)
B	9.110	1%	(91)
C	1.735	3%	(52)
D	936	10%	(94)
E	248	30%	(74)
F	5	50%	(3)
G	-	70%	-
H	1.031	100%	(1.031)
Total	25.121		(1.405)

Classificação de Risco	2017		
	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	3.574	0,5%	(18)
B	3.867	1%	(39)
C	986	3%	(30)
D	749	10%	(75)
E	1.108	30%	(332)
F	978	50%	(489)
G	33	70%	(23)
H	1.227	100%	(1.227)
Total	12.522		(2.233)

e. Movimentação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 31 de dezembro de 2018, estavam assim distribuídos.

	2º Sem 2018	2018	2017
Saldos no início do semestre/exercício	(1.956)	(2.233)	(1.957)
Constituição	(123)	(171)	(1.198)
Reversão	645	756	78
Valores baixados para prejuízo	29	243	844
Saldos no fim do semestre/exercício	(1.405)	(1.405)	(2.233)

10 Outros créditos - Diversos

Descrição	2018			2017
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Créditos tributários de impostos e contribuições	130.625	68.277	198.902	180.154
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	128.252	4	128.256	79.025
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽²⁾	59.429	69.984	129.413	170.835
Devedores diversos - país	20.940	-	20.940	39.529
Devedores por depósitos em garantia ⁽³⁾	-	51.770	51.770	53.954
Adiantamentos diversos	6.844	-	6.844	3.681
Impostos e contribuições a compensar ⁽⁴⁾	9.191	-	9.191	11.547
Rendas a receber	1.213	-	1.213	963
Devedores diversos - exterior	388	-	388	331
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(3.106)	-	(3.106)	(2.719)
Total	353.776	190.035	543.811	537.300

- (1) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.
- (2) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 8.e.
- (3) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (4) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2018 seus saldos totalizavam R\$ 1.482, líquidos de provisões para desvalorização (R\$ 3.206 em 2017).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

Descrição	2018			2017
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Comissão sobre colocação LC (Letra de Câmbio)	602	1.327	1.929	5.555
Comissão sobre colocação CDB	4.222	4.262	8.484	1.025
Custos de originação de operações de crédito	2.423	2.256	4.679	16.869
Consultoria estratégica	-	-	-	11.565
Outras	1.519	-	1.519	416
Total	8.766	7.845	16.611	35.430

12 Investimentos

Descrição	2018			Total
	Investidas			
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	
Saldo em 31.12.2017	9.113	12.157	-	21.270
Patrimônio líquido da investida	11.888	3.676	14.029	29.593
Resultado do exercício da investida	9.103	2.797	-	11.900
Distribuição de dividendos	-	(11.558)	-	(11.558)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	-
Aumento de capital	1.800	-	319	2.119
Equivalência patrimonial	8.192	2.797	-	10.989
Saldo em 31.12.2018	19.105	3.396	319	22.820

13 Imobilizado de arrendamento

Descrição	2018	2017
	Valor	Valor
Bens arrendados	43.344	26.769
Veículos e afins	559	3.410
Máquinas e equipamentos	42.785	23.359
Depreciações	1.526	1.389
Superveniência de depreciação	8.050	10.387
Depreciações acumuladas	(6.524)	(8.998)
Total	44.870	28.158

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

14 Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição por vencimento dos depósitos

Descrição	2018							Total	2017
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Depósitos à vista	33.966	-	-	-	-	-	-	33.966	8
Captação no mercado aberto	-	247	-	-	-	-	-	247	-
Depósitos a prazo	-	25.516	380.527	730.777	63.040	270.022	2.928	1.472.810	670.322
Recursos de aceites cambiais - Letras de câmbio (LC)	-	133.006	207.343	126.212	19.104	37.742	8.651	532.058	1.128.895
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	-	-	-	-	112.981	112.981	103.828
Total	33.966	158.769	587.870	856.989	82.144	307.764	124.560	2.152.062	1.903.053

b. Despesas com operações de captação do mercado

Descrição	2º sem 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(40.941)	(90.144)	(175.686)
Depósitos a prazo	(53.577)	(90.072)	(77.619)
Depósitos interfinanceiros	(80)	(813)	(609)
Despesas de operações compromissadas	(36)	(61)	(41)
Custo cota sênior	-	(499)	(7.671)
Outras despesas de captação	(1.205)	(2.623)	(3.491)
Total	(95.839)	(184.212)	(265.117)

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	2018			2017
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	5.659	-	5.659	6.458
Contribuição para o COFINS	3.154	-	3.154	3.357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.417	5.417	10.370
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.392	-	1.392	1.814
Impostos e contribuições sobre salários	810	-	810	1.508
Imposto Sobre Serviços - ISS	549	-	549	820
Programa de Integração Social - PIS	512	-	512	509
Programa De Recuperação Fiscal - Refis	-	-	-	21.515
Outros	66	-	66	133
Total	12.142	5.417	17.559	46.484

16 Diversas

Descrição	2018			2017
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Provisão para passivos contingentes - Nota 16	76.882	3.323	80.205	90.777
Provisão para pagamentos a efetuar	5.559	-	5.559	14.153
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	65
Credores diversos - país:	279.347	16.697	296.044	234.458
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa ⁽¹⁾	118.440	-	118.440	78.933
Credores a repassar por operações de cessão de crédito ⁽²⁾	110.975	-	110.975	110.672
Outras obrigações	26.014	4.155	30.169	12.705
Comissões a pagar ⁽³⁾	9.538	-	9.538	5.562
Outras contas a pagar	7.055	-	7.055	10.790
Credores por antecipação de valores residuais	7.325	12.542	19.867	15.796
Total	361.788	20.020	381.808	339.453

- (1) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.
- (2) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para Instituições Financeiras não ligadas, referente a carteiras adquiridas no exercício. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic.
- (3) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

17 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões

Descrição	2018			Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	(Reversão)	
Ações fiscais	48.996	1.655	(3.694)	46.957
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	41.781	27.070	(35.603)	33.248
Total	90.777	28.725	(39.297)	80.205

Descrição	2017			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	(Reversão)	
Ações fiscais	45.932	3.064	-	48.996
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	39.494	19.639	(17.352)	41.781
Total	85.426	22.703	(17.352)	90.777

- (1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social, deduzido dos Juros sobre Capital Próprio	74.485	74.485	86.424	86.424
Adições	948.613	948.613	924.156	922.490
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	310.275	310.275	325.378	325.378
Provisão para perdas outros valores e bens	15	15	670	670
Provisão para contingências	29.100	29.100	22.710	22.710
Provisões operacionais	9.867	9.867	12.201	12.201
Provisão de participação no resultado	-	-	3.357	3.357
Recuperação de prejuízo fiscal	48.519	48.519	30.461	30.461
Participação em controladas/ligadas	4.164	4.164	2.075	2.075
Despesas não dedutíveis	888	888	2.111	2.111
Recuperação na cessão de crédito	-	-	262	262
Recebimentos carteiras adquiridas	528.859	528.859	461.221	461.221
Outras adições	14.569	14.569	3.931	3.931
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	2.357	2.357	1.666	-
Perda Fiscal tomada Anteriormente	-	-	56.919	56.919
Resultado CTTs Securitizados Após Nov/2015	-	-	1.194	1.194
Exclusões	(1.026.562)	(1.026.562)	(1.021.605)	(1.021.605)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(13.238)	(13.238)	(98.377)	(98.377)
Reversão de provisão para perdas e outros valores e bens	(785)	(785)	(233)	(233)
Reversão de provisões operacionais	(12.487)	(12.487)	(8.614)	(8.614)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(630.366)	(630.366)	(567.987)	(567.987)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(273.771)	(273.771)	(254.265)	(254.265)
Reversão de provisão para contingências	(37.632)	(37.632)	(17.372)	(17.372)
Reversão de provisão de participação no resultado	-	-	(6.456)	(6.456)
Perdas na cessão de crédito	-	-	(4.185)	(4.185)
Participação em controladas/ligadas	(54.476)	(54.476)	(40.575)	(40.575)
Outras exclusões	(3.787)	(3.787)	(23.541)	(23.541)
Superveniência Depreciação	(20)	(20)	-	-
Impostos correntes	(3.088)	(2.675)	(8.183)	(3.691)
Ativo fiscal diferido	25.504	(1.804)	(3.126)	(5.018)

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	199.385	199.385	9.525	9.525
Adições temporárias:	792.534	792.534	388.826	388.826
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	447.634	447.634	351.814	351.814
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - não constituída ⁽¹⁾	256.890	256.890	-	-
Provisão para perdas outros valores e bens	560	560	1.292	1.292
Provisão para contingências	78.185	78.185	26.510	26.510
Variação cambial - Prêmio de opções	2.088	2.088	2.088	2.088
Demais provisões temporárias	7.177	7.177	7.122	7.122
Total das diferenças temporárias	991.919	991.919	398.351	398.351
Total do crédito tributário	247.980	148.788	99.588	76.283

- (1) A variação entre a soma total do crédito tributário de IRPJ/CSLL e o saldo de crédito tributário conforme nota explicativa 10 no valor de R\$ 197.866 é decorrente da consideração de “PCLD” e demais provisões não constituída anteriormente.

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Descrição	31/12/2018					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
%	65,67%	30,52%	2,48%	0,88%	0,45%	100,00%
IRPJ	81.619	37.929	3.080	1.099	565	124.292
CSLL	48.971	22.757	1.848	660	339	74.575
Valor previsto - Nota 10 ⁽¹⁾	130.590	60.686	4.928	1.759	904	198.867
Valor presente	122.619	53.504	4.080	1.367	660	182.230

- (1) A variação entre o saldo previsto e o crédito tributário total (nota explicativa 10) é impactada pelo ajuste de marcação a mercado - MTM no valor R\$ 35. Na movimentação dos créditos tributários apresentamos a movimentação do ajuste MTM.

d. Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em			Saldo em
	31/12/2017	Constituição	Reversão	
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	6.289	2.206	(3.644)	4.851
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157.173	156.678	(134.798)	179.053
Provisão para perdas outros valores e bens	582	6	(379)	209
Provisão para contingências	11.930	3.766	(3.376)	12.320
Variação cambial - Prêmio de opções	940	-	(105)	835
Ajuste MTM - Disponível para venda	35	6	(6)	35
Demais provisões temporárias	3.205	908	(2.514)	1.599
Total do crédito tributário - Nota 10	180.154	163.570	(144.822)	198.902

19 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 5.315 (R\$ 5.973 em 2017).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 357.209 (R\$ 336.915 em 2017), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 137% do Certificado de Depósito Bancário - CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 164.088 em 2017) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2017) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 67.000 (R\$ 33.000 em 2017).

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

21 Outras receitas (despesas) operacionais

a. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	13.524	25.795	20.505
Receita de avaliação e cadastro	12.125	24.508	34.863
Comissão sobre compras cartão	7.950	14.663	9.575
Intermediação de seguros	8.028	14.556	8.387
Outras receitas	1.809	2.185	21.402
Total	43.436	81.707	94.732

b. Despesa de pessoal

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Remuneração	(8.406)	(15.474)	(27.955)
Encargos	(2.520)	(5.616)	(9.862)
Benefícios	(1.754)	(3.153)	(7.990)
Treinamentos	(422)	(635)	(798)
Provisão PPR	(2.266)	(4.593)	(11.901)
Total	(15.368)	(29.471)	(58.506)

Em maio de 2018, por determinação do BACEN, as empresas Agility Gestão e Cobrança Ltda e Omni Informática Ltda deixaram de ser consolidadas conforme nota explicativa 2. A redução dos saldos consolidados em 2018 ocorreu em função desse motivo.

c. Outras despesas administrativas

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(144.179)	(281.492)	(292.564)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(51.496)	(88.760)	(7.350)
Processamento de dados	(18.129)	(32.608)	(12.825)
Serviços do sistema financeiro	(16.093)	(26.309)	(18.232)
Taxas e notificações	(503)	(11.131)	(12.872)
Comunicações	(3.326)	(7.989)	(9.052)
Emolumentos judiciais e cartorários	(839)	(6.618)	(23.591)
Promoções e relações públicas	(2.736)	(3.011)	(2.932)
Despesas de aluguéis	(1.451)	(3.109)	(5.707)
Despesa com despachante	(846)	(1.418)	(1.066)
Despesa de transporte	(532)	(980)	(1.108)
Propaganda e publicidade	(156)	(498)	(160)
Multa e juros sobre impostos e contribuições ⁽³⁾	(154)	(792)	(3.145)
Seguros	(22)	(44)	(54)
Outras despesas administrativas ⁽⁴⁾	(4.184)	(7.629)	(6.929)
Total	(244.646)	(472.388)	(397.587)

(1) referem-se substancialmente a comissões.

- (2) referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.
- (3) Composto, substancialmente, por atualização referente a adesão ao Refis.
- (4) Do montante de R\$ 7.629 (R\$ 6.929 em 2017), o valor de R\$ 576 (R\$ 565 em 2017) refere-se à depreciação acumulada no período.

d. Despesas tributárias

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(17.521)	(33.903)	(31.393)
Despesa com ISS	(2.001)	(3.761)	(6.838)
Despesa com PIS	(2.847)	(5.509)	(5.221)
Outras despesas tributárias	(68)	(171)	(184)
Total	(22.437)	(43.344)	(43.636)

e. Outras receitas operacionais

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas	1.710	3.147	4.118
Atualização de impostos à compensar	1.065	2.772	342
Deságio na aquisição de carteira de créditos	502	1.667	5.683
Reversão de provisão de ações perdas e danos	21.557	21.557	3.562
Reversão de provisões operacionais	678	5.440	11
Receita De Securitização	6.404	6.404	6.387
Outras rendas operacionais	8.608	9.238	5.456
Total	40.524	50.225	25.559

f. Outras despesas operacionais

Descrição	2º Semestre 2018	2018	2017
	Valor	Valor	Valor
Descontos concedidos	(233.528)	(458.087)	(335.582)
Perdas em ações de perdas e danos	(24.821)	(33.165)	(23.514)
Perdas com fraudes	(821)	(1.759)	(413)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.592)	(11.285)	(5.107)
Custo de aquisição de carteiras	(34.431)	(70.584)	(87.229)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(7.657)	(14.669)	(14.099)
Total	(302.850)	(589.549)	(465.944)

- (1) Do montante de R\$ 14.669 (R\$ 14.099 em 2017), o valor de R\$ 6.676 (R\$ 8.259) referem-se à variação monetária da carteira BMG - Nota 15 b).

22 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

a. Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia

Descrição	2018	2017
Patrimônio de referência	394.402	382.604
Patrimônio de referência nível I	394.402	382.604
Capital Principal – CP	281.421	278.776
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	112.981	103.828
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	394.402	382.604
Patrimônio de referência (a)	394.402	382.604
RWACpad – crédito	174.094	166.347
RWAMpad – PCam	67	47
RWAOpad - operacional	83.153	77.950
Patrimônio de referência exigido (b)	257.314	244.414
Adicional de Conservação de Capital Principal (c)	55.937	33.019
Margem antes do Rban (a - b - c)	81.151	105.171
Rban - Juros carteira não negociável (d)	10.817	12.761
Margem (a - b - c - d)	70.334	92.410
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	2.983.346	2.641.556
Índice de Basileia (a/e)	13,22%	14,48%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2018, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8,625% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

23 Gerenciamento de riscos

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- a. **Gerenciamento de capital:** a Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- b. **Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Omni.
- c. **Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- d. **Risco de Liquidez:** a Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- e. **Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

24 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial encerradas em 31 de dezembro de 2018.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0